

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

CONCURSO PÚBLICO C-330 - JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO DA 8ª REGIÃO

2ª ETAPA - PRIMEIRA PROVA ESCRITA DISCURSIVA

INSTRUÇÕES

1 - A prova terá a duração de 4 horas.

2 - Esta prova contém 10 questões com o mesmo valor (1 ponto cada). Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota mínima de 6 (seis) pontos.

3 - O candidato deverá utilizar caneta de tinta azul ou preta indelével, de qualquer espécie, vedado o uso de líquido corretor de texto ou caneta hidrográfica fluorescente.

4 - O candidato, sob pena de eliminação, não poderá utilizar quaisquer equipamentos eletrônicos de comunicação, tais como: telefone celular, "smartphones", "pager", computador portátil, "palms", "tablets", "handhelds", máquina datilográfica dotada de memória, relógios que transmitam dados e similares.

5 - Será eliminado do Concurso o candidato:

- a) que se retirar do recinto durante a realização da prova, sem a devida autorização;
- b) que se tornar culpado de incorreção ou descortesia para com qualquer dos examinadores ou fiscais;
- c) que for surpreendido comunicando-se com outros candidatos, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma, ou ainda utilizando livros, notas ou impressos não permitidos.

6 - Poderá haver consulta à legislação de texto simples desacompanhada de anotação ou comentário, vedada a consulta a obras doutrinárias, súmulas e orientação jurisprudencial. Não será admitida a consulta a exposição de motivos da legislação.

7 - Não esqueça de preencher e assinar somente o canhoto de identificação constante da capa da prova. Sob hipótese alguma assine sua prova.

8 - Será atribuída nota 0 (zero) à prova que apresentar sinal ou contiver expressão que possibilite sua identificação.

9 - Antes de escrever, leia com atenção cada questão da prova. O tempo é suficiente.

BOA PROVA!

19 de agosto de 2012

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

CONCURSO PÚBLICO C-330 - JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO DA 8ª REGIÃO

2ª ETAPA - PRIMEIRA PROVA ESCRITA DISCURSIVA

QUESTÃO 1

"Etienne desceu finalmente do aterro e entrou na Voreux. Os homens a quem se dirigia, perguntando se havia trabalho, balançavam a cabeça, respondendo que esperasse pelo capataz. Deixaram-no à vontade dentro das edificações mal iluminadas, cheias de buracos negros, assustadoras mesmo pela complicação de suas salas e andares. Tendo subido uma escada escura, quase em ruínas, encontrou-se numa ponte estreita e oscilante; a seguir, atravessou o galpão da triagem, mergulhado em noite tão profunda que teve de caminhar com as mãos estendidas para não esbarrar. De repente, diante dele, dois olhos amarelos, enormes, furaram as trevas. Estava exatamente sob a torre do sino de rebate, no local onde os elevadores cheios de hulha são içados, à boca do poço.

...

O trabalho de extração recomeçara: sobre as chapas de ferro havia um trovejar contínuo, vagonetes de carvão rolavam sem descanso, carregadores corriam e podiam-se distinguir suas longas espinhas curvadas dentro do tumulto de todas aquelas coisas negras e ruidosas que se agitavam.

Por um instante Etienne permaneceu imóvel, ensurdecido e cego. Sentia-se gelado, havia correntes de ar por todos os lados..." (ZOLA, Emile. *Germinal*. Coleção "Os Imortais da Literatura Universal". v. 36. São Paulo: Abril, abril-março de 1972, p. 31/32)

"O momento certo de descer é quando as máquinas estão rugindo e o ar está todo negro de pó de carvão; é quando você pode realmente ver o que tem que fazer. Nesses momentos, a mina é como o inferno. A maioria das coisas que a gente imagina que existam no inferno está ali - calor, barulho, escuridão, ar fétido e, acima de tudo, um aperto insuportável. Tudo menos o fogo, pois não há fogo lá embaixo exceto pelos fracos raios de luz das lâmpadas de segurança e lanternas elétricas, que mal conseguem penetrar nas nuvens de pó de carvão.

...

É um trabalho terrível o que eles fazem, quase sobre-humano para os padrões de uma pessoa comum. De fato, não apenas deslocam quantidades monstruosas de carvão, mas fazem isso em uma posição que dobra ou triplica o trabalho. Para começar, tem que ficar de joelhos o tempo todo - não poderiam se levantar sem bater a cabeça no teto -, e é fácil perceber, se você tentar, que esforço tremendo isto significa. Manejar uma pá é relativamente fácil quando se está em pé, pois você pode usar os joelhos e as coxas para impulsionar a ferramenta; mas quando se está de joelhos, todo o esforço fica a cargo dos braços e dos músculos do abdome. E o restante das condições não facilita nada as coisas. Há o calor - é algo que varia, mas em algumas minas é sufocante - e a poeira de carvão que entope a garganta e as narinas e se acumula nas pálpebras, e ainda o tremor incessante da esteira rolante, que naquele espaço confinado mais parece o *ratatá* de uma metralhadora." (ORWELL, George. *O caminho para Wigan Pier*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 42/43)

Os dois textos narram o trabalho em minas de carvão em diferentes épocas e lugares. O primeiro foi publicado em 1881, tendo o autor Emile Zola trabalhado como mineiro, para escrever o romance. O segundo, mais recente, consiste no relato que resultou de dois meses de convívio de Orwell com os mineiros de carvão do norte da Inglaterra, em 1936.

Ambos relatam, ainda que de forma parcial, a desmesurada exploração a que esteve submetida a classe trabalhadora nos albores da chamada Revolução Industrial, bem como nos primeiros anos que seguiram à introdução da máquina no processo produtivo. Os abusos foram de tal ordem que levaram os trabalhadores a reivindicar perante o Estado Liberal providências no sentido de melhorar sua condição de vida e de trabalho, surgindo, por consequência, as primeiras normas voltadas à disciplina da relação capital/trabalho.

a) Qual o escopo dessas normas e das reivindicações que as geraram? Justifique.

b) Que papel exerceram as reivindicações operárias na construção histórica do Direito do Trabalho? Relacione essas reivindicações com a proposta de superação do modelo econômico social.

c) Como as normas do Direito do Trabalho, integrantes do rol de direitos sociais, passaram a incorporar-se às constituições, relacionando a constitucionalização dos direitos sociais e a mudança social?

QUESTÃO 2

A instituição dos adicionais de insalubridade e de periculosidade, tanto pela Constituição da República, como pela Consolidação das Leis do Trabalho, completa e/ou se harmoniza com a previsão contida nos artigos 196 da Constituição da República, que erige a saúde como direito de todos, e 225, que prevê o meio ambiente ecologicamente equilibrado como bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, onde se inclui o do trabalho (art. 200, VIII da Constituição da República)?

QUESTÃO 3

Discorra sobre o contrato de trabalho, enfocando os seguintes aspectos: (a) objeto imediato e mediato; (b) autonomia aparente e a tese "o cliente é quem manda"; (c) contrato de prestação de serviços; (d) achatamento (*downsizing*) e multiplicação de trabalhadores; (e) curto prazo; (f) flexitempo.

QUESTÃO 4

Conforme matéria amplamente divulgada pela imprensa nacional, no último dia 6 de junho do corrente ano, em fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, dois pecuaristas proprietários de fazenda no município de Pacajá, interior do Estado do Pará, foram flagrados, pela terceira vez, submetendo trabalhadores a condições análogas à de escravo. Segundo informações contidas nos respectivos Autos de Infração, o gado da referida propriedade tinha instalações melhores do que as dos trabalhadores. Estes, por sua vez, ficavam isolados 43 km da sede da fazenda, em área somente acessível por meio de estradas, em péssimo estado de conservação, e viviam em barracos de lona e palha. Além disso, não tinham registro em carteira de trabalho e eram obrigados a comprar itens básicos a preços mais caros, com descontos

nos salários. A água consumida era a mesma que servia aos bois, contaminada pelas fezes e urina dos animais. Por vezes, era armazenada em embalagens de agrotóxico recicladas. Não havia banheiro.

Diante do exposto, considerando que a conduta dos referidos empregadores é tipificada como crime pelo ordenamento jurídico pátrio, disserte a respeito dos bens jurídicos tutelados pelo artigo 149 do Código Penal Brasileiro, bem como sobre os modos de execução da referida prática delituosa, enfocando, inclusive, normas internacionais aplicáveis à hipótese.

QUESTÃO 5

A empresa Alfa foi condenada no bojo de reclamação trabalhista movida por João de Souza.

Após o trânsito em julgado da sentença, a empresa Alfa não garantiu o juízo, bem como não pagou o valor da condenação no prazo legal, razão pela qual veio a ser realizada a penhora de um veículo que o oficial de justiça, ao visitar a sede da empresa por 3 vezes, encontrou no local, na posse do proprietário da executada (fato devidamente consignado em certidão do oficial de justiça, juntada aos autos), em que pese seu registro no Detran constar em nome do gerente da empresa.

Esse gerente, inconformado, opôs embargos de terceiro, buscando a liberação do veículo registrado no seu nome, da constrição judicial.

O juiz do trabalho que analisou o incidente julgou improcedentes os embargos de terceiro, entendendo ter sido suficiente a posse do bem para configurar a propriedade, ainda que de fato, do veículo pelo proprietário da executada, fixando, ainda, de ofício, novo valor à causa (embargos de terceiro), com base no valor do bem constrito.

O gerente da empresa, ao interpor agravo de petição da decisão judicial dos embargos de terceiro, recolheu as custas com base no valor da causa, fixadas por ele próprio na inicial, razão pela qual foi negado seguimento ao recurso, por deserção, determinando, outrossim, a realização imediata da hasta pública para alienação do bem constrito.

Com base na situação fática supraexposta, responda fundamentadamente:

- a) A penhora do veículo encontrado na posse do proprietário da executada foi a decisão mais correta do magistrado? Ela encontra amparo jurídico?
- b) O juiz do trabalho pode, de ofício, fixar novo valor à causa nos embargos de terceiro, com base no valor do bem penhorado, como no caso em exame?
- c) O juiz do trabalho poderia realizar a hasta pública para alienação do bem penhorado, após negar seguimento ao agravo de petição, como no caso em exame?

QUESTÃO 6

Genoino da Silva sofreu acidente no exercício das suas atividades para a empresa Beta, acidente que ensejou o seu afastamento do trabalho, por período superior a quinze dias, abrindo-lhe o direito, a partir do décimo sexto dia, ao auxílio-doença acidentário do INSS.

Após dois anos recebendo o auxílio-doença, nova perícia do INSS indicou a manutenção da incapacidade laboral de Genoino, razão pela qual ele passou a receber a aposentadoria por invalidez do INSS.

Após um ano recebendo esse novo benefício, Genoio, em notória recuperação, veio a ser considerado apto para o trabalho pela perícia do INSS. Ao buscar o seu retorno ao trabalho na empresa Beta, contudo, o médico do trabalho da empresa veio a considerar Genoio inapto para o trabalho.

Com base nesta situação fática, responda fundamentadamente:

- a) Após a concessão da aposentadoria por invalidez a Genoio, a empresa Beta continua obrigada a recolher o seu FGTS?
- b) Se a aposentadoria por invalidez durasse cinco anos, o contrato de trabalho seria rompido?
- c) A empresa Beta era obrigada a acolher o laudo do INSS de aptidão? Na situação apresentada, se o INSS se negasse a conceder novo benefício previdenciário a Genoio, a empresa Beta seria obrigada a continuar pagando os seus salários?

QUESTÃO 7

Marcos Dirceu ajuizou reclamação trabalhista em face de BANCO ABC MULTIPLA S/A aduzindo o seguinte:

Foi contratado em 10.01.1995 para exercer a função de técnico em manutenção de computadores para a aludida instituição bancária, da qual se desligou em 10.01.2003.

Uma das cláusulas do instrumento de contrato de trabalho previa, como condição expressa, a possibilidade de transferência.

Alegou o reclamante que, ao longo de 8 anos de trabalho, foi transferido 24 vezes, permanecendo em cada uma das diferentes cidades para as quais foi deslocado por 3 meses, em média.

Sustentou, na petição inicial, que a conduta empresarial e as ditas transferências foram ilícitas, pois abusivas.

Fundamenta sua assertiva aduzindo que à época em que foi admitido, outros 9 técnicos em manutenção de computadores também foram contratados, na mesma data e com a mesma previsão contratual expressa de possibilidade de transferências, sem que, entretanto, nenhum desses outros 9 colegas tenha sido transferido ou mesmo viajado. Assim, enquanto os seus 9 colegas permaneciam na capital do Estado, o autor era transferido e viajava com a frequência mencionada.

Afirmou que a conduta empresarial gerou-lhe danos de ordem patrimonial e moral, sendo este calcado na impossibilidade de convivência familiar com esposa e dois filhos pequenos, já que dificilmente conseguia ficar por dois meses consecutivos no local onde residia a família. Além disso, por conta das incessantes transferências, viu-se contingenciado a trancar, por 8 vezes, o curso superior em tecnologia de processamento de dados para o qual fora aprovado em concorrido vestibular.

Acusa a empresa de assim ter agido por conta da sua atuação intensa no movimento sindical, embora jamais tenha se candidatado a qualquer cargo do sindicato da categoria.

Pediu, por isso, pagamento do adicional de transferência ao longo dos 8 anos e indenização por danos morais.

Em contestação, a empresa:

- opôs questão prejudicial de prescrição quinquenal;
- confirmou todas as transferências feitas nos termos da exordial;

- afirmou que nenhum ato ilícito foi praticado pela empresa, tendo todas as transferências sido lícitas, conforme prevê o artigo 469, § 1º da CLT e pontuadas pela necessidade do serviço;
- declarou que, tendo as transferências sido efetivadas de forma lícita, indevidos o pagamento de adicional de transferência e de indenização por danos morais;
- confirmou que dos 10 técnicos em manutenção de computadores, apenas o reclamante foi transferido ao logo dos ditos 8 anos, invocando a necessidade do serviço, a licitude das transferências por expressa previsão contratual e o legítimo exercício do seu *jus variandi*;
- refutou o pedido efetuado com base no abuso do direito, eis que, à época em que as transferências foram efetivadas, não existia norma contemplando esta espécie de responsabilização civil;
- invocou o direito fundamental estampado no artigo 5º, II, da Carta Magna.

Em razões finais, as partes mantiveram suas posições, sendo que o reclamante ainda afirmou o seguinte: "Deve ser rejeitada a questão prejudicial de prescrição quinquenal ante a inexistência de promulgação da lei complementar a que se refere o artigo 7º, I, da Constituição Federal".

Para fins de resposta, considere os seguintes aspectos da seara probatória:

- a empresa conseguiu provar a necessidade dos serviços em todas as transferências;
- houve prova contundente no sentido da atuação intensa do autor no âmbito sindical, porém sem ter se candidatado;
- não houve prova de que a empresa pautou suas decisões de transferência em virtude do envolvimento da atuação sindical do empregado.

Com base nos dados acima, responda fundamentadamente:

- a) como juiz da causa, você deferiria os pedidos de pagamento de adicional de transferência e de indenização por danos morais? Responda enfrentando as ponderações e oposições feitas por autor e réu.
- b) No que se refere à prescrição:
 - b.1) você acolheria a tese levantada pelo autor nas razões finais?
 - b.2) qual o prazo prescricional para as pretensões deduzidas pelo reclamante?
 - b.3) imagine que o réu não tivesse feito oposição da questão prejudicial de prescrição, fazendo-a apenas em recurso de revista. Você admitiria tal oposição?

QUESTÃO 8

Tratando-se de jurisdição e de eficácia de direito fundamental, responda de forma minudente:

- a) É possível ao juiz, no sistema brasileiro, dar eficácia vertical com repercussão lateral a direito fundamental?
- b) Pode o juiz dar eficácia horizontal a direito fundamental?
- c) Esta eficácia é direta e imediata ou indireta e mediata?

d) É possível ao juiz fazer a intermediação entre o direito fundamental e a relação entre os particulares ou esta tarefa é do legislador?

QUESTÃO 9

"A democracia e a aristocracia não são Estados livres por natureza. A liberdade política só se encontra nos governos moderados. Mas ela nem sempre existe nos Estados moderados; só existe quando não se abusa do poder; mas trata-se de uma experiência eterna que todo homem que possui poder é levado a dele abusar; ele vai até onde encontra limites. Quem, diria! Até a virtude precisa de limites. Para que não se possa abusar do poder, é preciso que, pela disposição das coisas, o poder limite o poder. Uma constituição pode ser tal que ninguém seja obrigado a fazer as coisas a que a lei não obriga e a não fazer aquelas que a lei permite." MONTESQUIEU, "O Espírito das Leis".

A separação de poderes é uma ferramenta essencial às Constituições dos Estados Democráticos? Trate da noção de separação de poderes, abordando seu surgimento e desenvolvimento, além da evolução do instituto e de sua importância na história do Estado Constitucional, a partir das Revoluções Burguesas. Considere, em termos comparativos, a noção de independência e harmonia dos poderes (CF de 1946 e 1967/69) e a separação de poderes como cláusula pétrea na nossa atual Constituição Federal, abordando a evolução do entendimento do STF quanto ao alcance da noção de separação de poderes.

QUESTÃO 10

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos foi criada sob a forma de pessoa jurídica de direito privado, controlada exclusivamente pela União, nos termos do Decreto-Lei n. 509/1969. O setor postal foi monopolizado em torno da União pela Lei n. 6.358/1978, sob a égide da Constituição Federal de 1967, que permitia o estabelecimento de monopólio por ato infraconstitucional. Responda fundamentadamente:

- a) As atividades postais são classificadas como serviço público ou como serviço de utilidade pública, entendendo-se o segundo como não essencial?
- b) Qual a posição atual do Supremo Tribunal Federal acerca da matéria e quais os pressupostos que a embasam?
- c) Há como se reconhecer a subsistência de monopólio do setor postal no atual texto constitucional?